

ATA DA 044ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Coloca suas pretensões nos 60 dias em que ficará no Parlamento de SC.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Deseja sucesso ao deputado Plínio de Castro.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Cumprimenta o deputado Plínio de Castro.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (aparte) - Dá as boas-vindas ao deputado Plínio de Castro.

DEPUTADO DANIEL TOZZO (aparte) - Augura votos de êxito ao deputado Plínio de Castro.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Parabeniza o deputado Plínio de Castro pela posse.

DEPUTADO DIETER JANSSEN (aparte) - Dá as boas-vindas ao deputado Plínio de Castro.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Defende a aprovação da PEC que viabiliza a manutenção dos Bombeiros Voluntários.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Defende a aprovação da admissibilidade da PEC n. 0001/2012.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta sua desaprovação à PEC n. 0001/2012.

DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Tece comentários sobre a PEC n. 0001/2012.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Externa sua posição sobre a PEC n. 0001/2012.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Defende a aprovação da admissibilidade da PEC n. 0001/2012.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Libera a bancada do PMDB para a votação da admissibilidade da PEC n. 0001/2012.

DEPUTADO DANIEL TOZZO (aparte) - Elogia o comportamento dos bombeiros presentes nas galerias.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Solicita uma salva de palmas aos bombeiros presentes na Casa.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Explicita sua posição quanto à PEC n. 0001/2012.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Coloca seu posicionamento favorável à aprovação da admissibilidade da PEC n. 0001/2012.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Pede a unidade das Corporações de Bombeiros Voluntários e Militares.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Comenta a aprovação da PEC n. 0001/2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência comunica ao Plenário o Ato n. 0020, de 2012, que concede licença ao sr. deputado Narcizo Parisotto pelo período de 60 dias a contar do dia 8 do corrente mês.

Também temos o Ato da Mesa n. 0028, de 2012, que convoca o cidadão Daniel Tozzo, 6º suplente da coligação DEM, PMDB, PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC para ocupar cadeira de deputado neste Poder em decorrência do afastamento do deputado Narcizo Parisotto.

O deputado Daniel Tozzo já prestou juramento, por isso declaro-o empossado e convido-o para sentar junto aos srs. deputados.

Seja bem-vindo, deputado!

Ainda comunico o Ato da Mesa n. 0019, de 2012, que concede licença ao deputado Silvio Dreveck por um período de 60 dias, a contar do dia 8 de maio do corrente, para tratar de assuntos particulares.

Em decorrência do seu afastamento, temos os Atos da Mesa n.s 0024, 0025 e 0026, todos de 2012, que convoca os respectivos suplentes da bancada do PP, que por sua vez declinaram da convocação.

Em face disso, foi exarado o Ato da Mesa n. 0027, de 2012, que convoca o cidadão Antônio Plínio de Castro Silva, 5º suplente da coligação

PP e PTDob, para ocupar uma cadeira de deputado neste Poder.

Convido o cidadão Plínio Antônio de Castro Silva para fazer o juramento, conforme determina a nossa Constituição.

O SR. PLÍNIO ANTÔNIO DE CASTRO SILVA - "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado de Santa Catarina, observar as leis, desempenhando leal e sinceramente o mandato que me foi outorgado pelo povo catarinense."

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Declaro empossado o deputado Plínio de Castro e regimentalmente concedo-lhe a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Cumprimento o presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e em seu nome saúdo todos os demais deputados presentes.

Quero saudar especialmente o líder da nossa bancada, deputado Valmir Comin, e em seu nome os demais companheiros do PP, que está-nos dando esta oportunidade de assumir a condição de deputado estadual.

Quero dizer da nossa alegria e satisfação em poder representar a gente do oeste de Santa Catarina. Para nós isso é motivo de orgulho, pois traremos para o debate nesta Casa as nossas grandes demandas.

Srs. deputados, tive a grande oportunidade, na semana passada, de me atualizar sobre os temas mais prementes da nossa região, pois participei, juntamente com os demais deputados da Assembleia Legislativa, das audiências públicas do Orçamento Regionalizado, que foram realizadas em São Miguel d'Oeste, em Maravilha, em Chapecó e em Joaçaba.

Na ocasião pudemos verificar que as demandas da região, sobretudo as obras de infraestrutura, vêm acontecendo, apesar de não na velocidade que a região aguardava. Além disso, a região como um todo teve a oportunidade de novamente discutir aquilo que é mais urgente, de estabelecer prioridades e de levar essa sugestão aos deputados

estaduais de Santa Catarina, para que cada bancada possa, por ocasião da votação do Orçamento de 2013, incluir na LDO essas demandas.

Quero aqui cumprimentar o deputado Daniel Tozzo, que representa a região oeste do estado e com quem vamos cerrar fileiras em defesa dos oestinos.

O nosso estado é dividido em grandes microrregiões e cada uma tem a sua vocação, dada a diversidade cultural, a colonização e a condição econômica. Mas há uma particularidade muito especial na região oeste, onde o agronegócio foi a base da colonização e do desenvolvimento econômico: as repetidas estiagens que têm castigado duramente aquele solo e aquela gente.

É evidente que com o retorno das chuvas houve o reabastecimento de água, que praticamente acabou com a estiagem. Mas esse é o pensamento daqueles que talvez não conheçam com profundidade a dificuldade da pequena agricultura, da pequena propriedade rural, da suinocultura, da avicultura e do produtor de grãos da nossa região.

Não tenho dúvida nenhuma de que muitos proprietários rurais ainda passam noites insones pensando no que fazer no dia seguinte, na semana seguinte e no mês que vem, quando vencer a prestação ou quando vencer o crédito relativo ao custeio, pois praticamente todas as propriedades dependem disso para fazer viabilizar-se.

É nesse sentido que queremos direcionar nosso trabalho. Eu sou agricultor, minha principal atividade é a suinocultura. Portanto, durante apenas 60 dias estarei do outro lado da mesa, mas isso não me fará mudar de posição. Sabemos onde vamos estar e como acontece a vida numa propriedade rural, sobretudo numa pequena propriedade rural, que é o nosso modelo agrícola.

Quero dizer ainda que temos uma experiência muito grande na área da filantropia, sobretudo na área da saúde. Há mais de dez anos sou presidente do hospital filantrópico do nosso município e na semana passada tive a alegria de participar das audiências públicas com a presença do presidente da Federação dos Hospitais Filantrópicos do

estado. Assim, quero trazer também essa experiência para a Assembleia Legislativa, dar essa colaboração, para que essas entidades tenham maior reconhecimento por parte da classe política, pois elas prestam um serviço relevante para a saúde e para a vida dos catarinenses.

Por isso, antes de finalizar esta breve intervenção, quero agradecer a todos os amigos da região que vieram me prestigiar, ao ex-deputado Altair Silva, ao prefeito de Barra Bonita, às lideranças de São Miguel d'Oeste, enfim, a todas as lideranças que vieram a este plenário cumprimentar-nos pela posse na Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Nobre deputado, na condição de líder, em nome da bancada e de toda a família progressista quero dar as boas-vindas a v.exa., que já teve a oportunidade de estar em outra oportunidade neste Parlamento em virtude, inclusive, de um rodízio no qual o nosso presidente, deputado Joares Ponticelli, foi o primeiro a se licenciar.

Na mesma esteira, quero parabenizar o deputado Daniel Tozzo e dar-lhe as boas-vindas. Desejo que v.exas. tenham uma boa estada e que contribuam através das suas ideias e das suas proposições para o engrandecimento e o fortalecimento do estado e do povo catarinense.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. permite-me um aparte?

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Com muita alegria, concedo um aparte ao deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Gostaria de saudar v.exa. e recebê-lo nesta Casa com muito respeito e admiração. Sei do trabalho de v.exa. como prefeito, como liderança no oeste catarinense e sei da importância da agricultura para aquela

região. É muito bom termos mais um representante do oeste catarinense nesta Casa.

Da mesma forma, gostaria de saudar o deputado Daniel Tozzo e dizer que esta Casa ganha muito com a presença de v.exas.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Concedo um aparte ao deputado José Milton Scheffer.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Deputado Plínio de Castro, em nome dos demais colegas do Partido Progressista gostaria de expressar a nossa alegria em tê-lo nesta Casa trazendo a sua experiência lá do oeste catarinense, v.exa. que é ainda tão jovem, mas com um futuro promissor pela frente.

O Partido Progressista o saúda com muita alegria e deseja-lhe sucesso. É muito bem-vinda a sua liderança e estamos aqui para trabalhar em conjunto em defesa do oeste, da agricultura, da qual v.exa. é um dos expoentes.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Pois não!

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Sr. deputado, gostaria de parabenizá-lo e dizer que é uma grande honra assumir novamente uma cadeira na Assembleia Legislativa juntamente com v.exa. Tenho certeza de que o oeste de Santa Catarina estará muito bem representado pela sua força na agricultura, bandeira esta que também levanto.

Gostaria de aproveitar a ocasião, sr. presidente, para agradecer todas as manifestações dos colegas.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Muito obrigado, deputado Daniel Tozzo.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Concedo um aparte ao deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Plínio de Castro, quero, em nome do PSDB, do nosso líder, deputado Dado Cherem, cumprimentar v.exa. e o deputado Daniel Tozzo, que assumem uma cadeira nesta Casa no dia de hoje. Tenho certeza que v.exa. representa aqui os sonhos de muitos catarinenses e será o instrumento para que eles possam ter uma qualidade melhor de vida.

Meus parabéns e seja bem-vindo!

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Dieter Janssen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Concedo um aparte ao deputado Dieter Janssen.

O Sr. Deputado Dieter Janssen - Gostaria de dar as boas-vindas ao nosso amigo Plínio de Castro e, da mesma forma, ao deputado Daniel Tozzo, que assumiram hoje uma cadeira nesta Casa.

Reforço a importância dessa troca de experiências, dessa oportunidade dada aos suplentes para que possam trazer para cá os anseios das suas regiões, mesmo que por um período curto. Fico feliz, deputado Plínio de Castro, em tê-lo conosco, assim como ao deputado Daniel Tozzo.

Sejam bem-vindos! Com certeza teremos boas discussões pela frente, assim como boas conquistas.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Muito obrigado, deputado Dieter Janssen.

Agradeço à Mesa pelo tempo concedido.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Plínio de Castro, mais uma vez os nossos cumprimentos e o desejo de que v.exa. tenha uma boa estada nesta Casa. O mesmo desejo ao deputado Daniel Tozzo.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, senhoras e senhores, faço a minha

saudação efusiva à Corporação de Bombeiros Voluntários, presentes aqui em grande número; cumprimento também a Corporação dos Bombeiros Militares, presente maciçamente neste plenário. E quero pedir permissão ao presidente para fazer uma saudação especial aos bombeiros de Joinville, que estão aqui pela segunda vez em grande número, em nome do presidente Odir Nunes.

Muito obrigado pela presença e pelo apoio de vocês!

Também não poderia deixar de registrar a presença do nosso prefeito Carlito Merss, dos presidentes das entidades empresariais de Joinville: Gean Dombroski Corrêa, da Ajorpeme, Hugo Gonçalves e Carlos Antônio Grendene, do CDL, e Vilmar Steil, pela Comac.

Registro ainda a presença de várias autoridades e entidades e de muitas pessoas que representam Joinville e outras regiões do estado, que vieram assistir a esta sessão memorável e de fundamental importância para o estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, inicio a minha exposição na linha do que fiz pela manhã, na comissão de Constituição e Justiça, dizendo que estamos no Parlamento catarinense que tem como essência o debate, a discussão e a procura do entendimento até a exaustão. Essa é a essência do Parlamento de Santa Catarina e esse é o nosso grande objetivo.

Estamos a analisar uma PEC que propõe alterar a Constituição de Santa Catarina. Temos, de um lado, os Bombeiros Voluntários, que cumprem, no meu entendimento, sr. presidente, um papel excepcional salvando vidas em algumas cidades, como é o caso do maior município do estado de Santa Catarina, deputado Manoel Mota, há 120 anos.

De outro lado, temos a Corporação de Bombeiros Militares, que salva vidas, que melhora a qualidade de vida da população catarinense há mais de 80 anos. São catarinenses, são trabalhadores, são pessoas comuns como nós, são pessoas que estão aqui com um único objetivo, defender as suas corporações, fortalecer as suas corporações, deputado Neodi Saretta, para continuar salvando

vidas de catarinenses e protegendo o seu patrimônio, e essa é uma nobre missão.

É por isso que nós, como Parlamento, temos que decidir essa questão. E aí repito aquilo que disse na parte da manhã, sr. presidente: sobre essa PEC, é claro, há posições jurídicas para todos os lados, pois, afinal de contas, o direito é abstrato.

Então, vivemos um conflito constitucional e jurídico no Brasil, mas no nosso entendimento, conforme argumentou o deputado Neodi Saretta pela manhã, no entendimento da Procuradoria-Geral do Estado, através de parecer exarado pelo procurador Osmar José Nora, a nossa PEC tem fundamentação legal e é constitucional, deputado Kennedy Nunes! Por quê? Porque a PEC consolida aquilo que define a Constituição Federal, ou seja, que a prerrogativa da análise prévia das construções, das edificações, para concessão de alvará é do poder público municipal, e o prefeito pode fazer os convênios com os Bombeiros Voluntários ou com os Bombeiros Militares.

Sr. presidente, quero deixar aqui evidenciado, eminente, combativo, aguerrido e defensor das suas nobres convicções deputado Sargento Amauri Soares, que essa PEC não é, de forma alguma, contra alguém. O Parlamento não pode ser contra ninguém, o Poder Legislativo, na sua essência, é concedente, ouve as pessoas, debate, discute e procura o entendimento. Essa PEC não é contra ninguém. Essa PEC, na sua essência, sr. presidente, procura preservar aquilo que está consolidado há muitas décadas, na verdade, há mais de um século. Ou seja, com a aprovação dessa PEC, no meu entendimento e no entendimento de muitos, inclusive juristas renomados, vamos ter a condição única de manter a Corporação de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina de portas abertas, com a sua banda mirim atuando, com mais de 35 mil pessoas, na cidade de Joinville, contribuindo com recursos para mantê-la.

Então, a comunidade joinvilense, espontaneamente, organizou-se, deputado Neodi Saretta, e criou uma corporação para atender às

demandas daquele pequeno vilarejo de então. Inclusive, defendeu a comunidade quando a cidade foi atacada, dr. Udo Döhler, por um bando de jagunços no século passado, nas proximidades do mercado municipal, cumprindo um papel de segurança pública.

Mais adiante, o estado se organizou e criou a Corporação dos Bombeiros Militares. E está de parabéns o estado, pois a corporação é excepcional e atua em muitos municípios.

Então, essa PEC quer manter os Bombeiros Voluntários, mas também quer manter os Bombeiros Militares atuando, salvando vidas em Santa Catarina. O que precisamos é preocupar-nos com os 170 municípios, sr. presidente, que ainda não têm nenhum tipo de corporação, que estão carentes, que estão precisando de uma instituição que atenda às demandas dos pequenos municípios de Santa Catarina. E é para esses municípios que temos que levar os Bombeiros Militares, porque os Bombeiros Voluntários certamente terão muita dificuldade de se expandir, porque recebem do estado, infelizmente, somente R\$ 2 milhões por ano, que ainda não foram repassados em 2012.

Portanto, a presença nesta Casa dos bombeiros, que cumprem uma jornada nas suas empresas e que no período de lazer, de estar com as suas famílias, cumprem uma jornada adicional nos Bombeiros Voluntários, que hoje faltaram ao trabalho, tem o sentido da busca da aprovação dessa PEC, que cria consistência jurídica para a manutenção da sua corporação e para a manutenção e o fortalecimento do Corpo de Bombeiros Militar.

Sr. presidente, serei um dos primeiros a levantar desta tribuna sagrada a defesa do projeto dos bombeiros, que veio para esta Casa no passado e que não foi aprovado, tramitou e não teve êxito. Esse projeto se faz necessário, deputado Sargento Amauri Soares, pois estrutura o Corpo de Bombeiros Militar, cria postos, posições fundamentais, aumenta o efetivo para atender aos municípios que ainda não são atendidos e amplia as corporações nas grandes cidades onde já atua, como

Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Criciúma e assim por diante.

Quando o projeto dos Bombeiros Militares vier para esta Casa prometo defendê-lo com tanta força, com tanta energia, com tanta garra tanto quanto estou defendendo a manutenção dos Bombeiros Voluntários de Joinville e de Santa Catarina.

Concluo, sr. presidente, dizendo que o momento não é de briga, não é de divergência, não estamos numa arena, estamos no Parlamento de Santa Catarina e, se Deus quiser, vamos aprovar esse instrumento jurídico para proteger, para fortalecer as duas corporações, sempre pensando na qualidade de vida do povo catarinense.

Muito obrigado sr. presidente.

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

O próximo orador inscrito é o deputado Reno Caramori, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, quero confessar a v.exas. que estou muito feliz hoje, deputado Darci de Matos, porque vejo o interesse da sociedade catarinense, aqui representada pelos Bombeiros Militares e pelos Bombeiros Voluntários. E quero entender que os senhores estão aqui porque têm realmente interesse no socorro das nossas comunidades e não para um confronto entre corporações, porque aqui quem vota são os deputados e cada um tem responsabilidade com sua comunidade.

Por isso quero agradecer às corporações presentes, às autoridades, à prefeita Sirley Ceccatto e aos vereadores de Caçador, aos representantes da Associação Comercial, dos clubes de serviço e a outras pessoas que não gostariam de ser nominadas porque estão aqui numa missão sagrada, que é o apoio a essas corporações, quer as remuneradas, quer as voluntárias, que são parcialmente remunerados.

Não faço parte, sr. presidente, da comissão de Constituição e Justiça porque exerço a função de segundo-secretário da Mesa, mas assisti atentamente a todo o desenvolvimento, a todo o desenrolar dos trabalhos. Eu, com os meus 21 anos de mandato, perdoem-me os srs. deputados, não posso de maneira nenhuma admitir que alguém diga que essa PEC tão importante para Santa Catarina, para a população lá de Arroio Trinta, de Salto Veloso, de Iomerê, onde não há nenhuma corporação de bombeiros, não seja aprovada porque seria inconstitucional!

Quando escutei alguns parlamentares alegarem que essa PEC é inconstitucional, doeu-me o coração, com toda a honestidade! Por favor! Nós temos assessores, temos advogados em nossos gabinetes, deputado não chega aqui se não for inteligente, deputado entende o que é constitucional e o que é inconstitucional. Mas para dirimir qualquer dúvida, ainda tive o cuidado de encaminhar o parecer que foi apresentado à comissão de Constituição e Justiça pelo nobre relator e meu amigo, deputado Sargento Amauri Soares, ao procurador-geral do Estado, que participou da formatação dessa PEC, juntamente com o então deputado e agora desembargador João Henrique Blasi, com o dr. Nelson Serpa, que foi procurador-geral e hoje secretário da Fazenda, com o dr. Pamplona, que é o guru desta Casa na formatação de leis, aos advogados da Abvesc e aos grupos de advogados aos quais pedimos opinião para não errar, embora tivéssemos certeza da constitucionalidade da matéria.

Portanto, vou ler um tópico do parecer do procurador-geral do estado, dr. João dos Passos Martins Neto, que é a maior autoridade em leis hoje no estado, pois tudo passa pela Procuradoria, mesmo os projetos do próprio governo, acerca do voto do relator da PEC n. 0001/2012.

(Passa a ler.)

"*Data venia*, a Proposta da Emenda Constitucional sob exame não padece de qualquer inconstitucionalidade quando atribui aos municípios a faculdade de celebrar convênios com

Corpos de Bombeiros Voluntários para fins de verificação e certificação do atendimento às normas de segurança contra incêndio relativamente aos projetos e às obras e edificações nos respectivos territórios [...]”[sic]

Minha gente, não são palavras do deputado Reno Caramori, são palavras do procurador-geral do Estado, que é a autoridade máxima na formatação de leis. Não queremos brincar de ser deputado, nós temos responsabilidade. Eu respeito o pensamento de todos os srs. deputados, mas vou repetir uma coisa que já disse nesta Casa: burro não vem para cá. Vêm para cá os inteligentes, pessoas que pensam, pessoas que têm responsabilidade. Aqui não existe guerra, não! Aqui existem ideologias. E nós, como parlamentares, somos obrigados a respeitar a diversidade de pensamentos.

Mas a verdade, meus queridos catarinenses, é que a nossa preocupação é com vocês que não têm nenhuma corporação em seus municípios. Há 171 municípios que não têm ninguém para socorrê-los na hora do incêndio, na hora da catástrofe, no momento de um acidente automobilístico. É com essa gente que estamos preocupados. Não é com os 39 deputados que estamos preocupados, não, em absoluto! Aqui cada um usa calça de bolso e já corta o cabelo no barbeiro, portanto sabe o que quer, sabe o que faz, sabe discernir as coisas.

Então, o que queremos é que realmente a sociedade catarinense, os nossos filhos, a nossa família, os nossos empresários, os nossos agricultores, enfim, toda a nossa sociedade tenha um atendimento o mais próximo possível quando ocorrer qualquer acidente, qualquer catástrofe, qualquer sinistro. É isso que queremos!

Outras PECs já foram apresentadas e até entendemos que foram rejeitadas porque eram, até certo ponto, pelo excesso de artigos, inconstitucionais. Não discordamos disso! Agora, discordamos de quem alega que esta PEC é inconstitucional. Por favor, não vamos subestimar a capacidade do catarinense. Não vamos dizer que o leigo não entende nada, porque ele entende.

A minha região me cobra muito. Os estudantes, os professores, os profissionais da indústria e do comércio, os profissionais liberais, todos nos cobram: "Deputado, o que é que vocês estão fazendo lá há tanto tempo discutindo? Quanto essa demora custa para o estado? E vocês ainda não decidiram o que é que querem?"

Então, faço um apelo aos parlamentares, com todo o respeito que tenho por v.exas.: trata-se apenas da admissibilidade. Não há absolutamente nada que venha em detrimento dos Bombeiros Militares, bem pelo contrário! Vamos ajudar cada vez mais as Corporações de Bombeiros Militares, como ajudamos lá em Videira. O que não queremos é formar duas correntes no mesmo lado do rio. Lá em Caçador temos os Bombeiros Voluntários. Então, para que instalar os Bombeiros Militares? Já lá em Videira existe o Corpo de Bombeiros Militar, para que instalar os Voluntários? Seria um...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, demais colegas deputados, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, bombeiros militares e bombeiros voluntários, lideranças políticas e empresariais interessadas neste debate.

Nesse pouco tempo de que disponho não poderei fazer nenhuma reflexão sequer parecida com a que fiz, nesta manhã de terça-feira, na comissão de Constituição e Justiça. De qualquer forma, quero registrar alguns fatos.

O debate exaustivo que se pretendia fazer foi negado. Esse debate estava correndo no âmbito da Segurança Pública, com a participação de todas as entidades e instituições, inclusive o Ministério

Público. Buscou-se uma proposta intermediada pelo Ministério Público, através da procuradora de Justiça Walkyria Danielski, que era a seguinte: os Bombeiros Voluntários podem fazer tudo, inclusive vistoria. Os Bombeiros Militares podem fazer tudo, inclusive fiscalização e normatização.

Mas o debate sobre esse possível acordo que se estava tentando exaustivamente chegar, inclusive foi essa a sugestão do deputado Kennedy Nunes lá na comissão de Segurança Pública, foi rompido não pela maioria dos trabalhadores, dos bombeiros voluntários, trabalhadores assalariados ou trabalhadores voluntários, mas por algumas lideranças empresariais e políticas que veem isso como forma empreendedora.

É preciso registrar aqui que abençoados sejam todos aqueles e todas aquelas que saem de casa para ajudar a salvar a vida das pessoas, sejam eles bombeiros militares, sejam os chamados voluntários que recebem salário - são profissionais contratados pela CLT -, ou os efetivamente voluntários, que trabalham junto às entidades voluntárias ou que trabalham junto às instituições militares do estado.

Mas o debate não é sobre a utilidade e a importância de cada uma dessas instituições. O debate não é esse! O debate é sobre o poder público do estado de Santa Catarina estar abrindo mão do seu poder de fiscalização e de normatização dessa atividade. Algum dos senhores pode citar sequer uma atividade de interesse da pessoa humana e da sociedade em que não haja normatização do poder público? Não existe. O poder público, o estado, não pode abster-se de, em determinadas regiões do território catarinense, realizar a sua atribuição constitucional de normatização e fiscalização. E não é por ser militar, porque não queremos militarizar a sociedade, até temos posição diferente a esse respeito, mas por se tratar de um serviço público de atribuição exclusiva do estado. Que os Bombeiros Voluntários continuem fazendo todas as atividades que estão desempenhando, e precisam de apoio para fazê-lo, mas não é possível admitir que o órgão público se

abstenha, por decisão política desta Assembleia Legislativa e de ex-governadores deste estado, de em determinadas áreas do território catarinense desempenhar a sua função constitucional de normatização e fiscalização.

Podemos e devemos trabalhar de forma conjunta com os voluntários realizando atividades de forma complementar, mas de forma equivalente e concorrente seria criar estado paralelo, seria o mesmo que criar uma assembleia legislativa voluntária e um exército voluntário sem fiscalização do exército oficial. E é isso que está em debate aqui!

Eu acho que a PEC n. 0001 não resolve o problema de ninguém e até o próprio Ministério Público disse que ela não vai resolver. O Ministério Público, que se empenhou para ajudar a construir um acordo, expressou de forma muito clara dentro deste Poder que a PEC n. 0001 não resolve o problema central, que é a administração, a organização, o recolhimento e a distribuição de taxas. Portanto a PEC n. 0001 não resolve o problema de ninguém. Conforme a PEC, todos os prefeitos de Santa Catarina, e não somente os de Joinville, Concórdia e Caçador, a partir da aprovação poderão escolher a Corporação de Bombeiros que irá trabalhar na sua cidade. E isso é um absurdo.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do espaço destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o deputado Plínio de Castro, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Sr. presidente, agradeço mais uma vez pela oportunidade de assomar à tribuna nesta tarde e muito especialmente aos deputados do PP, que me cederam o espaço do partido para me manifestar nesta sessão bastante movimentada por conta da PEC n. 0001/2012.

Tivemos, tanto no horário da manhã quanto ao meio-dia, a oportunidade de conversar e discutir o assunto com os demais deputados da nossa bancada. Todos aqui puderam acompanhar o depoimento muito entusiasmado do deputado Reno Caramori, que tem um exemplo no seu município, Caçador, da ação dos Bombeiros Voluntários. Enfim, pudemos ouvir ainda as palavras do deputado Sargento Amauri Soares e evidente que isso tudo serviu para aprimorar o nosso conhecimento sobre a questão.

Sr. presidente, quero dizer com muita sinceridade a todo estado de Santa Catarina, a todos que estão aqui e a todos que nos ouvem neste momento, que temos um exemplo, deputado Darci de Matos, muito bem sucedido de Bombeiros Comunitários na região oeste de Santa Catarina, desde Chapecó até a fronteira com a Argentina.

Os Bombeiros Comunitários representam a mistura de sangue, deputado Kennedy Nunes, dos Bombeiros Militares e dos Bombeiros Voluntários, é a sociedade participando efetivamente do trabalho dos bombeiros. Esse modelo implementado no oeste de Santa Catarina é um exemplo de atendimento às comunidades e aos municípios que deve ser aqui elogiado e exaltado por nós, porque as pessoas estão satisfeitas.

Isso não significa dizer que somos contra ou a favor de alguém. Nós estamos discutindo a PEC no âmbito da nossa bancada, ouvimos a opinião do líder, deputado Valmir Comin, de um dos parlamentares mais antigos da Casa, que é o deputado Reno Caramori, que, se não me falha a memória, tem seis mandatos de deputado estadual, até acho que já passou dos 70 anos.

Na verdade estamos formando a nossa convicção a respeito do assunto, mas ficamos muito feliz e satisfeito quando ouvimos de todos que a PEC não é contra ninguém, não é contra os Bombeiros Voluntários, Comunitários ou Militares. Não tem nada na PEC que afronte ou retire nada de ninguém. Além disso, quero ter a garantia de que o modelo do extremo oeste e do oeste de Santa Catarina, que chamamos de Bombeiros Comunitários, será mantido.

De qualquer maneira, estamos muito satisfeito de presenciar, nós, que somos marinheiro de primeira viagem, que estamos estreando na tarde hoje, e de aprofundar nossos conhecimentos com relação a essa polêmica.

Antes de encerrar, quero retornar ao assunto que abordei anteriormente, deputado Manoel Mota, qual seja, tentar aprofundar nesta Casa as relações de estado. E quando falo em estado, refiro-me à união, aos estados e aos municípios. Ou seja, quero aprofundar a relação do poder público com os hospitais beneficentes de Santa Catarina.

Oitenta por cento dos leitos para internação em nosso estado são disponibilizados através da rede privada ou das entidades filantrópicas. Imaginem todos que nos acompanham nesta tarde, o que seria de nós, catarinenses, e o que seria do estado se não existissem os hospitais filantrópicos, as sociedades beneficentes.

Pois bem, esse modelo de hospital - e sou presidente de um deles em meu município - é o modelo da grande maioria dos hospitais da nossa região, principalmente nos pequenos municípios. Os deputados Daniel Tozzo e Maurício Eskudlark sabem disso. Sabem, sobretudo, as dificuldades que enfrentam esses hospitais, essas entidades para manter-se. Não estou falando nem em investimento, isso é sonho, refiro-me tão somente ao custeio.

Agradeço mais uma vez à minha bancada e ao meu partido, o Partido Progressista, por propiciar-me esta oportunidade.

Muito obrigado, sr. presidente.

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Eu olhei daqui e vi que havia um deputado diferente no plenário, mas era o prefeito Carlito Merss, a quem dou as boas-vindas.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, público que nos

acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, prezados bombeiros voluntários, militares e comunitários, querida banda que todos os sábados pela manhã acorda-me.

Talvez pela minha profissão, sou jornalista, eu goste de deixar as coisas bem claras e não goste quando paira alguma dúvida no ar. Mas o caso é que essa dúvida está presente nas conversas das pessoas. Assim, quero explicar algumas coisas. Em primeiro lugar, ouvindo o deputado Sargento Amauri Soares, ele afirmou que estão querendo estabelecer em Santa Catarina algumas regiões imunes à fiscalização. Quero dizer o seguinte: o Corpo de Bombeiros Militar pode chegar a qualquer momento em qualquer edificação e fazer uma vistoria. Isso se chama poder de polícia! O que ele não pode é cobrar taxa! Tem que cobrar imposto, porque se trata de um serviço de estado. Seria taxa se fosse o município.

Em segundo lugar, o que há aqui são dois momentos: existe a análise prévia e depois existe a fiscalização. Nós estamos falando aqui da análise prévia, aquilo que o prefeito Carlito Merss pode dar, ou seja, o "habite-se".

Se alguém quiser entrar com alguma ação contra, porque alguma coisa errada foi feita, quem responderá será o prefeito! Não será o comandante do Corpo de Bombeiros Militar, do Corpo de Bombeiros Voluntário. Será o prefeito! Por quê? Porque o "habite-se" é dado pela prefeitura. E se é o prefeito que arca com a responsabilidade, por que não lhe dar a condição de escolher quem vai fazer?!

Srs. deputados, recebi aqui várias pessoas para tratar dessa questão e perguntei-lhes qual a distinção do Bombeiro Voluntário, do Bombeiro Comunitário e do Bombeiro Militar para exercer a função de fiscalização. O camarada é engenheiro e tem pós-graduação em segurança? Não! A diferença é que um é militar e o outro não. Então, se não há formação específica para aquilo e é feito por um agente do estado pode ser feito por qualquer outro com a mesma qualificação! Estou falando da qualificação profissional.

Segunda coisa que quero dizer: em Joinville - vou falar de Joinville porque é a minha cidade - os Bombeiros Voluntários fazem esse tipo de fiscalização muito bem. Além do mais, não é cobrada taxa. A prefeitura repassa, se não me engano, R\$ 325 mil e o Corpo de Bombeiros faz esse tipo de ação.

As prefeituras estão sendo alvo do Ministério Público, que está impetrando ações de inconstitucionalidade por conta da formação dos Fundos de Reparcelamento da Polícia Militar, dos Bombeiros e da Polícia Civil. Por quê? Porque o Ministério Público entende que o estado está cobrando taxa, o que é inconstitucional, já que o poder público cobra imposto!

Gostei muito das palavras dos deputados Darci de Matos e Plínio de Castro. Nesses cinco anos que estou aqui, todo ano vem à tona essa discussão. Não há ninguém contra ninguém aqui! Não existe isso! Não existe retirada de privilégio de ninguém, a não ser que haja algum interesse, por exemplo, de entrar em Joinville e cobrar mais um imposto. Aí começaremos a entender. O que existe somos todos nós envolvidos num único objetivo, como já foi dito aqui: salvar vidas.

Já chegaram a me falar, deputado Daniel Tozzo, pelor Twitter, pelo Facebook e pessoalmente, o seguinte: "Se os Bombeiros Voluntários fizerem a fiscalização, ficaremos mais suscetíveis à corrupção!" Essa é uma questão de idoneidade!

Estamos vendo muitas prisões! Hoje ainda, vindo para cá, ouvi a rádio anunciando a prisão de um coronel por conta de corrupção. Não somos imunes à corrupção! Não é porque é civil, voluntário ou militar! Não!

Para ceder o restante do tempo para os deputados Darci de Matos e Maurício Eskudlark, gostaria somente de dizer para vocês o seguinte: quero olhar o rosto de cada um, porque não será a última vez que virão aqui. E quero ver esta Casa cheia todas as outras vezes, com a comitiva de Joinville também. Sabem por quê? Porque hoje não iremos votar o mérito, apenas a admissibilidade.

(Palmas das galerias)

Só votaremos a admissibilidade, ou seja, o que vamos votar aqui é a permissão para que a PEC n. 0001/02012 tramite nas comissões técnicas da Casa para depois vir novamente ao plenário para ser aprovada ou não. Quero esclarecer bem isso porque, inclusive, ouvi membros da imprensa dizendo que se a PEC fosse aprovada hoje estaria tudo acertado! Não! Estaremos votando somente a admissibilidade! Isso quer dizer, como diria o sempre presidente Lula, o seguinte: "A luta continua, companheiros." Vai acontecer muita coisa daqui para frente e estaremos sempre junto com vocês.

Sejam bem-vindos! Esta é a Casa do Povo e o que vocês fazem aqui é simplesmente embelezá-la! Para nós, parlamentares, às vezes isso é necessário para lembrarmos que é por causa de vocês que estamos aqui.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Ocupará o restante do tempo do PSD, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, acho que as palavras do deputado Kennedy Nunes deveriam ser aplaudidas também pelos bombeiros militares porque tenho aprendido nesta Casa a busca da conciliação. Também sou novo nesta Casa, mas aprendi com alguns deputados, como Moacir Sopesla, Reno Caramori, Manoel Mota, Antônio Aguiar, Nilson Gonçalves e Jailson Lima, todos com vários mandatos, que é preciso negociar para conseguir solucionar os problemas.

Tenho um posicionamento, até por ser servidor público, por saber da importância de o estado ter o controle de algumas ações, mas como disse o deputado Kennedy Nunes, o que estamos votando aqui é a admissibilidade de continuar a discussão e de buscar um resultado.

Hoje tivemos uma reunião da bancada com o intuito de continuar o diálogo para achar uma solução que contemple todos. Li uma manchete de um jornal que dizia o seguinte: "Matar quem nos

salva". Ninguém quer matar ninguém! Não queremos matar nem o Corpo de Bombeiros Voluntários nem os Bombeiros Militares. O que se busca é uma solução que seja boa para todos, que não coloque vidas em risco. Como disse o deputado Kennedy Nunes, a corrupção, infelizmente, campeia neste país em todas as funções, em todos os escalões. Mas temos também a obrigação de, na legislação que aprovamos nesta Casa, zelar pelo patrimônio público, pelo estado e, especialmente, pelo cidadão.

Então, já tenho minha posição, mas quem não quer ouvir, não quer dialogar, na verdade, não tem posição nenhuma. Entendo a posição do meu partido, que é a busca de uma solução, da conciliação e é isso, deputada Angela Albino, que vai ocorrer nas comissões. Portanto, entendo que ainda poderemos chegar a uma solução que, acima de tudo, seja a melhor para o cidadão catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados para o PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, esta Casa vive novamente um dia com a presença de muitos catarinenses que fazem o bem por toda Santa Catarina. Logicamente a discussão sobre a PEC n. 0001/2012, que divide as opiniões, não passa de uma grande bobagem, o que realmente interessa é que temos pessoas iguais a vocês que optaram por servir à sociedade catarinense através de um concurso. Então, através de um concurso público vocês estão servindo à sociedade, prestando serviços de bombeiro e, de igual forma, há pessoas que também estão servindo à sociedade catarinense, e numa questão conceitual, em nível nacional, em uma das instituições mais acreditadas, que é o Corpo de Bombeiros,

independentemente de ser Voluntário, Militar ou Comunitário.

Então, o PMDB, que possui uma grande responsabilidade neste Parlamento, por ser a maior bancada de apoio ao governo do estado e obviamente por ter o maior número de deputados, decidiu que pelo fato de cada membro da bancada ter suas convicções e suas ligações, sejam elas com os Bombeiros Militares ou Voluntários, liberará o voto, para que cada um vote de acordo com a sua região, a sua base eleitoral, até porque estamos aqui apreciando a admissibilidade da PEC, o que não significa a sua aprovação, porque para tanto ela precisará tramitar em todas as comissões e depois voltar ao plenário.

Então, gostaria de aproveitar a oportunidade e dizer a todos que para nós, deputados, todos são muito importantes e a nomenclatura é o que menos importa. E sabem o que, efetivamente, importa? É o trabalho que vocês fazem salvando vidas. É isso que importa! E o PMDB não poderia, neste momento em que a sociedade foi chamada para esse debate, ter um posicionamento dúbio, em cima do muro. Logicamente que estamos todos aqui, deputados e deputadas, através do voto popular, através do voto dos catarinenses, mas, logicamente, a minha região, o vale do Itajaí, é diferente da região norte, oeste ou sul, ou seja, mesmo que façamos parte de uma bancada, de um partido político, não podemos esquecer as nossas origens, de onde viemos e o motivo que nos trouxe aqui.

Por isso, desta tribuna quero declarar para toda Santa Catarina, através dos meios de comunicação, que a bancada do PMDB está liberada para votar conforme as conveniências dos deputados, das regiões. Esse é o nosso entendimento democrático, mas gostaríamos de deixar registrado nos anais desta Casa que o PMDB não tem preferência por A ou B, o que precisamos, o que Santa Catarina precisa é de pessoas iguais a vocês todos que fazem dessa a profissão mais acreditada no Brasil.

Portanto, a partir da admissibilidade da PEC n. 0001, desde a sua tramitação nas comissões e

posteriormente a sua votação em plenário, o PMDB, provavelmente, deverá manter esse posicionamento.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Concedo um aparte ao deputado Daniel Tozzo.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Obrigado, deputado, quero apenas endossar as suas palavras e ao mesmo tempo parabenizar a classe dos bombeiros voluntários e militares, porque realmente cabe-nos, hoje, em nome de todos os catarinenses, dar-lhes o nosso muito obrigado por tantas e tantas vidas que salvaram, independentemente de serem militares ou voluntários. Também queremos parabenizá-los pela postura. Eu, que estive afastado da Casa por algum tempo, admiro a forma como se conduzem nesta Casa, respeitando a opinião de cada parlamentar.

Meus parabéns, realmente a Casa está cheia de gente que sabe respeitar o lugar em que se encontra, e isso nos orgulha muito.

Quero também aproveitar a oportunidade e agradecer ao deputado Narcizo Parisotto pela oportunidade que me concedeu ao licenciar-se desta Casa por 60 dias.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Muito obrigado, deputado, e incorporo seu comentário ao meu pronunciamento, ao tempo em que lhe dou as boas-vindas, assim como ao deputado Plínio de Castro, dizendo que a missão de v.exas. é a mesma nossa, ou seja, o bem de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Aldo Schneider, acho que o deputado Daniel Tozzo falou algo que merece registro, pois já vivemos nesta Casa alguns momentos de tensão com os professores, em função de uma ação militar. Então, o deputado Daniel Tozzo foi muito feliz quando elogiou a forma civilizada como os bombeiros de todas as corporações têm-se comportado neste plenário. Por isso, acho que eles merecem mais do que um cumprimento, merecem uma salva de palmas. Não vi nenhum insulto, não vi nenhuma deselegância,

nenhuma falta de respeito com os deputados ou mesmo entre eles e por isso é importante esse registro, porque já tivemos momentos nesta Casa com gente querendo matar os deputados, com gente quebrando os vidros que cercam o plenário.

Mas vocês, bombeiros, mostram o que é integridade, o que é educação, o que é cidadania. Portanto, uma salva de palmas a todos vocês! Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Acrescento ao meu pronunciamento as suas palavras.

Para concluir, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, a bancada do PMDB tem esse posicionamento, logicamente partindo da premissa de que o que importa efetivamente é que cada um de nós exerça a sua função. Gostaria ainda de repetir que a admissibilidade da PEC significa somente que a matéria passará a tramitar nas comissões técnicas da Casa.

Assim, em nome dos dez deputados do PMDB digo a vocês que Santa Catarina precisa de todos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Aldo Schneider.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, primeiro quero citar o bilhetinho que recebi registrando a presença dos bombeiros voluntários e da classe empresarial de São Francisco do Sul, inclusive o radialista Luiz Gonzaga, que há tanto tempo não vejo. É um grande prazer tê-los aqui hoje.

Cumprimento o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, cuja banda também me acorda todos os sábados, pois sou vizinho do deputado Kennedy Nunes. Cumprimento o Corpo de Bombeiros Militar, que de maneira tão educada se faz presente. Cumprimento ainda o prefeito Carlito Merss. É um

prazer tê-lo aqui, prefeito, v.exa. que já transitou nesta Casa tantas vezes.

O deputado Kennedy Nunes comentava muito bem, pois estou no meu quarto mandato e já tive oportunidade de ver muitas coisas. Houve uma época que o pessoal queria entrar e nos quebrar de pau. Queriam quebrar-nos de pau mesmo! Chegamos a temer pelas nossas próprias vidas, porque a turma dava bordoadas nos vidros, que voaram por todos os lados. Parecia que estávamos numa jaula! Já recebi cusparada das galerias, já me jogaram moeda na cabeça! Em momentos diferentes nesta Casa tivemos todo tipo de manifestação, acaloradas e odiosas, tudo por conta de projetos votados neste plenário.

Por isso, temíamos que hoje houvesse até um embate aqui por conta da animosidade das partes, do desejo das partes de verem atendidos os seus anseios.

Eu prestei bastante atenção no que o deputado Sargento Amauri Soares falou da tribuna e quero deixar bem claro que sou de Joinville, mas poderia morar em qualquer canto deste estado que o meu voto seria o mesmo. Eu não vou votar de determinada maneira porque sou de Joinville, porque estou defendendo Joinville. É claro que sempre defenderei Joinville, mas neste caso específico vou dar meu voto por convicção, porque estou convencido de que essa PEC é necessária até por uma questão de respeito ao que significam as Corporações de Bombeiros Voluntários para Santa Catarina.

Muito antes de aprovarmos nesta Casa a criação do Corpo de Bombeiros Militar - e lembro-me muito bem como foi aplaudida essa criação -, dezenas de anos antes só tínhamos em Santa Catarina os Bombeiros Voluntários salvando vidas nos casos de incêndio, só tínhamos os Bombeiros Voluntários fazendo vistorias, olhando se havia problemas ou não. Depois de aprovada a criação do Corpo de Bombeiros Militar é que apareceram os problemas com os Bombeiros Voluntários, que passaram a ter que se subordinar aos militares. E não é esse o entendimento.

Em Santa Catarina apenas noventa e poucos municípios contam com uma Corporação de Bombeiros Comunitários ou Militar. E até quero fazer um parênteses aqui, pois acabei de ajudar, através de um pedido ao governador, os Bombeiros Comunitários de Itapoá, que nunca haviam recebido qualquer ajuda, com mais de R\$ 100 mil. Ajudamos a construir as casinhas para que eles pudessem, de maneira honrada, executar o seu trabalho naquele município.

Então, não estamos aqui de um lado ou de outro. Estamos defendendo apenas e tão somente a equivalência de trabalho, a equivalência de fiscalização, porque os Bombeiros Voluntários sempre tiveram capacidade para exercer suas funções.

Assim, com essa PEC apenas vamos dar condições às prefeituras de firmarem seus convênios e não terem depois que se defender de processos que arguem a sua constitucionalidade, que é o que está acontecendo hoje. Há muitas prefeituras que firmaram convênio com os Bombeiros Voluntários porque no município somente há essa corporação, mas que estão respondendo a processos na Justiça.

Quero, mais uma vez, parabenizar todas as corporações pela maneira educada e respeitosa com que se portaram neste plenário. Faz muito tempo que não vejo isso. Estou no meu quarto mandato, repito, e nunca havia visto as partes interessadas, antagônicas nos seus interesses, tratarem-se com tanta civilidade.

Muito obrigado.

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, catarinenses, estimadas delegações de bombeiros de diversas cidades

catarinenses. Não foi muito citada a cidade de Irani, mas também está presente, assim como Concórdia, que veio com uma delegação bem grande.

Na parte da manhã, a reunião da CCJ precisou deslocar-se da sala de reuniões e vir para o plenário porque o ambiente ficou pequeno. Isso é bom! É bom que a sociedade participe e manifeste-se e é por isso que temos também, nas nossas manifestações, procurado compreender e passar a posição do que está efetivamente em discussão.

Hoje pela manhã já chamávamos a atenção de que estamos na fase da admissibilidade, uma fase em que não se vota o mérito propriamente dito, porque, deputado Jailson Lima, quem não está no Parlamento não tem obrigação de compreender como funciona o nosso Regimento Interno. Quando se trata de emenda constitucional, primeiro se vota a admissibilidade, ou seja, se ela pode tramitar ou não, para depois votar o mérito.

É claro que se antecipam debates, ex-deputado Carlito Merss, prefeito de Joinville, sobre o mérito, mas estamos ainda apreciando a admissibilidade, ou seja, seja a PEC for admitida, passa a tramitar, se não o for, o assunto morre.

Há situações em que quando se aprova uma matéria, uma parte perde e a outra ganha. Agora estamos diante de uma situação em que se aprovarmos todos ganham, ninguém será demitido, a ninguém será proibido trabalhar em qualquer lugar deste estado.

Quero colocar, sr. presidente, uma questão importante. Há dois anos houve a eleição para governador, e tive a oportunidade de fazer parte de um grupo de trabalho que discutiu um plano de governo para Santa Catarina. Na ocasião procuramos ouvir todos os setores e lembro-me da tarde em que ouvimos os bombeiros militares, porque foi a tarde mais marcante em função até dos depoimentos acerca da falta de estrutura, de equipamentos de ponta, de salários melhores e de quantas cidades ainda não eram atendidas.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Ouço v.exa., deputado Jailson Lima.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Neodi Saretta, parece-me que se tenta construir uma guerra santa, porque vejo neste plenário um grande número de representantes de Joinville apoiando os bombeiros voluntários e um número menor de bombeiros militares.

Eu fui prefeito da cidade de Rio do Sul, onde só há bombeiros militares, e costumo dizer que esses profissionais acabam criando a sua estrutura de trabalho através de parceria com as prefeituras e não com o estado.

Hoje, quando o prefeito Carlito Merss esteve em meu gabinete e participou do nosso almoço, contou-me a história dos 122 anos do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, que eu não conhecia. Eu já tinha a minha posição firmada em relação a isso, em primeiro lugar, porque há espaço para todos; em segundo, porque não se pode tirar a oportunidade de as pessoas atuarem voluntariamente porque é isso que constrói cidadania neste estado. Assim, os bombeiros militares e voluntários têm que estar irmanados porque a causa é uma só.

Então, mesmo havendo no meu município bombeiros militares que me procuraram pedindo que me posicionasse de forma contrária, é importante destacar que as Redes Femininas de Combate ao Câncer funcionam por causa do trabalho voluntário, que as Apaes funcionam por causa do trabalho voluntário, assim como tantas outras atividades.

Então, quero enaltecer o prefeito Carlito Merss, agradecer-lhe pelo esclarecimento que fez e que ajudou a consolidar o meu voto que é pela admissibilidade, a fim de que tenhamos bombeiros militares e bombeiros voluntários unificados numa causa cidadã.

(Palmas das galerias)

Queremos que daqui saiam duas corporações unidas, pois a causa é uma só: salvar pessoas. Além disso, são todos cidadãos imbuídos do bom espírito da cidadania catarinense.

Também quero parabenizar as duas corporações pela civilidade demonstrada, que não é fruto apenas da educação, mas do respeito que têm à profissão que escolheram.

Obrigado, deputado Neodi Saretta!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, deputado Jailson Lima.

Para encerrar, gostaríamos de completar essas reflexões dizendo que não estamos entrando no debate do mérito, já fizemos isso pela manhã, na reunião da comissão de Constituição e Justiça, mas é importante termos claro que o estado precisa investir mais nessa área, melhorando a estrutura, o número de equipamentos, aumentando o contingente de servidores e expandindo-se para mais municípios.

O governo estadual não pode continuar omitindo-se dessa tarefa e temos até que agradecer aos municípios que estão complementando o trabalho do estado através dos voluntários, não somente na área da defesa civil, mas em várias outras áreas, através da Apae, da Rede Feminina de Combate ao Câncer, do Lions e do Rotary.

Para concluir, repito uma coisa da qual tenho convicção: se aprovarmos a emenda constitucional, ninguém perderá seu trabalho, seu sustento, mas se rejeitarmos, muitos poderão ser impedidos de trabalhar e de realizar o sonho das suas vidas.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0479/2012, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0258/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que institui a Semana Estadual de Valorização dos Profissionais da Educação.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, o governo recomenda a manutenção do veto parcial porque o projeto da deputada Luciane Carminatti aprovado nesta Casa implica em despesas. Então, o governo do estado vetou somente essa parte.

Assim, solicito aos deputados da base de apoio ao governo que mantenham o veto parcial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A votação será secreta.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	votou
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DANIEL TOZZO	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADO DIETER JANSSEN	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	votou
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 21 votos "sim" e seis votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0537, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0443/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que regula a venda de produtos e serviços através de *telemarketing* no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Consultamos as lideranças, conforme solicitação do deputado Nilson Gonçalves, se podemos retirar a matéria da pauta de hoje.

(As lideranças aquiescem.)

Está retirada a Mensagem n. 0537/2012 da pauta de hoje.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0539/2012, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei Complementar n. 0030/2011, de autoria do deputado Gelson Merisio, que altera dispositivo da Lei Complementar n. 495, de 2010, que institui as Regiões Metropolitanas de

Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão e de Chapecó.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Esta Presidência desconhece se foi construído um acordo sobre essa matéria.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, a comissão de Justiça aprovou recentemente, dias atrás, um novo projeto de iniciativa do Executivo que corrige essas distorções. Então, o projeto já veio de outra maneira e contempla, inclusive, a proposta de v.exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V.Exa. me concede o direito de votar pela derrubada?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Claro, mas v.exa. já foi beneficiado com o projeto que está chegando e de maneira bem melhor.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Gostaria de fazer um apelo aos deputados que estão na Casa para que compareçam ao plenário porque vamos votar a PEC n. 0001 daqui a alguns instantes.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, esse projeto é de sua autoria e recebeu uma emenda modificativa. Agora o governador Raimundo Colombo encaminhou um projeto

regularizando toda essa situação já que os técnicos da Casa Civil entendiam que havia vício de origem. É isso, sr. presidente?

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, esse é um assunto do qual estamos tratando já faz muito tempo. Ainda hoje fui questionado acerca de um fato que acontece em Joinville, aonde o ônibus municipal não vai a Araquari. Com a instituição das regiões metropolitanas, vamos poder regularizar isso.

Então, é importante essa colocação, até porque há muitas pessoas interessadas no assunto. Se vamos manter o veto como solicitou o líder do governo, é preciso que o novo projeto do governo, sem vício de origem, venha logo à votação para que possamos ver implementadas as regiões metropolitanas em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está em discussão a mensagem.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Encaminho pela manutenção do veto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER votou

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADA ANGELA ALBINO votou

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	votou
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DANIEL TOZZO	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADO DIETER JANSSEN	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	votou
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 29 deputados.

Temos 23 votos "sim" e seis votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0445/2012, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0525/2011, que altera a Lei n.

7.541, de 1988, que dispõe sobre taxas estaduais e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

O veto incide sobre a emenda de autoria do deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, deputado Manoel Mota, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, gostaria que esse veto fosse retirado da pauta da Ordem do Dia da sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Se houver concordância dos srs. líderes poderá ser feito.

(As lideranças aquiescem.)

Está retirada da pauta a Mensagem de Veto n. 0445/2012.

A próxima votação seria da Mensagem n. 0446/2012 que dispõe sobre veto parcial a uma emenda do deputado Gilmar Knaesel.

Como s.exa. não está no plenário, consulto os srs. líderes se podemos retirar a matéria da pauta para que não haja constrangimento do deputado.

(As lideranças aquiescem.)

Está retirada de pauta a Mensagem de Veto n. 0446/2012.

A Mensagem de Veto n. 0493/2013 também será retirada da pauta por ainda não haver construção de consenso sobre a matéria, que trata do veto parcial ao PLC n. 0032/2011, de autoria do Tribunal de Contas, que altera a Lei Complementar n. 496, de 2010, a Lei complementar n. 297, de 2005, e adota outras providências.

Também está retirada de pauta.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional n. 0001/2012, de autoria da Mesa Diretora e outros, que acrescenta o parágrafo único ao art. 112 da Constituição do Estado de Santa Catarina (competência municipal - normas de segurança contra incêndio).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão a admissibilidade da PEC n. 0001.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, deputado Sargento Amauri Soares, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, gostaria de pedir que a votação fosse nominal e no painel eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Será nominal até por uma questão regimental, pois se trata de PEC, deputado Sargento Amauri Soares, e também de lei complementar.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, hoje pela manhã tive a oportunidade de me manifestar aqui contra a PEC, mesmo reconhecendo o esforço e a importância dos Bombeiros Voluntários em Santa Catarina.

Manifesto-me agora na qualidade de líder do governo, informando que a bancada está liberada para votar de acordo com a sua consciência.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, a bancada progressista vota pela admissibilidade da PEC.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está em votação nominal a PEC.

Os srs. deputados que votarem "sim" votam pela admissibilidade da PEC e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, pela manutenção e fortalecimento dos Bombeiros Voluntários e dos Bombeiros Militares em Santa Catarina, a bancada do PSD encaminha pela aprovação da PEC.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a nossa bancada fez um grande debate sobre esse tema, mas em função da sua complexidade não conseguiu fechar uma posição.

Sendo assim, a bancada do Partido dos Trabalhadores está liberada para votar de acordo com suas convicções.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, como afirmei há pouco da tribuna, a bancada do PMDB está liberada para votar conforme o entendimento de cada parlamentar.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim

DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DANIEL TOZZO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DIETER JANSSEN	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 32 deputados.

Temos 25 votos "sim" e sete votos "não".

Está admitida a PEC.

(Palmas das galerias)

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0180/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0181/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0182/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann;

0183/2012 e 0184/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0185/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0186/2012 e 0187/2012, de autoria do deputado Manoel Mota; e 0188/2012 e 0189/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica, igualmente, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0438/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0439/2012, 0440/2012 e 0441/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0442/2012, de autoria da deputada Dirce Heidercheidt; 0443/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0444/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0445/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0446/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0447/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0448/2012 e 0449/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; 0450/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0451/2012, 0452/2012, 0453/2012 e 0454/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0460/2012 e 0461/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; e 0462/2012, de autoria do deputado Moacir Sopelsa.

Moção n. 0021/2012, de autoria da comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul, manifestando aos governos da República da Argentina e do Reino Unido apoio à Argentina quanto à soberania das Ilhas Malvinas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0032/2012, de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações sobre quem concedeu a autorização da

construção do viaduto sobre a BR-470, em Blumenau, trecho Blumenau/Massaranduba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0033/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, pedindo esclarecimentos sobre o valor pago na recuperação da SC-479, trecho da serra do Moura até a rua Tomaz Geraldo, no município de Canelinha, e a empresa vencedora do processo licitatório.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0034/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando esclarecimentos acerca do valor pago na recuperação da SC-302, no trecho não pavimentado Rio do Oeste a Taió, e qual a empresa vencedora do processo licitatório.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0035/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado aos secretários da Segurança Pública e da Justiça e Cidadania, ao comandante-geral da Polícia

Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e ao delegado-geral da Polícia Civil, solicitando dados sobre o número de suicídios cometidos por agentes públicos, procedimentos instaurados e quais as decisões administrativas tomadas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento da autoria dos srs. líderes para que seja suspensa a presente sessão para que o prefeito Renato Nunes de Oliveira, do município de Lages, possa fazer a apresentação da Festa do Pinhão.

Esta Presidência, ao suspender a sessão, também possibilita que a banda dos Bombeiros Voluntários faça sua apresentação.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) (Faz soar a campanha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares.

(Pausa)

Na ausência do deputado Sargento Amauri Soares, com a palavra o próximo orador inscrito, deputada Angela Albino.

(Pausa)

Na ausência da deputada Angela Albino, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e sras. deputadas, quero cumprimentar de forma especial os deputados Reno Caramori e Valmir Comin por terem feito a solicitação da suspensão da sessão por dez minutos para que o prefeito de Lages, Renato Nunes de Oliveira, conhecido como Renatinho, que está neste Parlamento, fizesse o convite a todos os catarinenses para participarem

da 24ª Festa do Pinhão, uma festa da qual todos os catarinenses se orgulham.

Quero comentar ainda, sr. presidente, a votação da PEC n. 0001, que deixou claro que os prefeitos que não possuem em seus municípios uma Corporação do Corpo de Bombeiros Militar possam criar uma Corporação de Bombeiros Voluntários, pois o mais importante é que cada cidade tenha um serviço de bombeiros para atender às emergências de todos os tipos.

Ainda temos 170 cidades que não possuem nenhum tipo de bombeiro e no meu entender, e fiz a mesma observação hoje pela manhã, a responsabilidade de propiciar segurança civil a toda sociedade é do governo.

Assim, ao aprovarmos essa PEC estamos dando condições para que os municípios que não possuem bombeiros possam reivindicar junto aos Bombeiros Militares a instalação de uma corporação. Em caso de impossibilidade, o prefeito poderá instalar o serviço dos Bombeiros Comunitários ou Voluntários.

Esta Casa hoje deu a grande oportunidade para que todos os municípios de Santa Catarina possam buscar junto ao governo do estado ou junto aos Bombeiros Voluntários a implementação do serviço de atendimento a emergências.

Parecia que hoje a Assembleia Legislativa votaria contra ou a favor de um grupo. Não, pelo contrário, votamos todos a favor dos catarinenses. A partir de agora essa PEC tramitará nas diversas comissões e certamente receberá inúmeras emendas, no sentido de melhorar ainda mais a possibilidade de que todos os catarinenses tenham mais segurança.

Sr. presidente, hoje fiz um pedido de informação ao secretário de Infraestrutura. Eu já sou deputado desde 1995 e há 15 anos falam em duplicar a BR-470, mas somente alguns trechos foram melhorados. No entanto, a verdadeira obra que deveria ter sido feita é a duplicação, mas ela não sai do papel, não acontece nunca.

No acesso à cidade de Gaspar, por exemplo, existe um trevo que funciona como uma roleta russa. Somente agora, alguns dias atrás,

construíram o chamado trevo alemão, com uma baia no meio da pista para facilitar um pouco o acesso de quem vai de Gaspar a Blumenau ou de quem entra para Gaspar.

Existe também um viaduto sobre a BR-470, no trecho entre Blumenau e Massaranduba, que não dá para entender. Em vez de fazer o viaduto sobre a rodovia que vai de Blumenau a Massaranduba, fizeram a BR-470 passar por baixo. Então, na hora do pique, formam-se filas de cinco, seis quilômetros.

Por isso, é preciso saber quem autorizou a construção de um viaduto no sentido Blumenau/Massaranduba, justamente onde o movimento é muito menor, quando deveria ter sido feito no sentido da BR-470...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Cumprimentamos os bombeiros voluntários, os bombeiros militares e todos os que estiveram nesta Casa acompanhando a votação da PEC.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 10h, conforme calendário especial.

Está encerrada a sessão.

